

Dívida pública é a menor desde abril de 2003

BRASÍLIA

A dívida líquida do setor público caiu pelo terceiro mês consecutivo em setembro e alcançou a marca dos 53,7% do Produto Interno Bruto (PIB). O percentual é o menor já registrado pelo Banco Central (BC) desde abril de 2003, quando a relação dívida/PIB bateu nos 52,7%. O chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Altamir Lopes, ressaltou que o resultado de abril do ano passado foi bastante afetado por uma valorização de 13,8% do câmbio na época. "Se desconsiderarmos este dado de abril de 2003, a dívida de setembro seria a menor desde dezembro de 2001, quando a relação dívida/PIB estava em 52,6%", disse o chefe do Depec.

A perspectiva para os próximos meses, diz Altamir, continua positiva. "Para outubro, a dívida ficará estável em 53,7% do PIB ou até sofrerá uma leve queda, se levarmos em conta uma taxa de câmbio de R\$ 2,85", disse, acrescentando que o ano de 2004 terminaria com a dívida líquida em 54% do PIB, consideradas as previsões de juros a 17% e câmbio de R\$ 2,95 no fim do ano, feitas pelas instituições financeiras ouvidas em pesquisa semanal do BC.

Com isso, a dívida, no segundo ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ficaria 1,5 ponto percentual abaixo da dívida de 55,5% do PIB do último ano do governo Fernando Henrique Cardoso e 4,7 pontos percentuais inferior aos 58,7% verificados em dezembro de 2003. O patamar, porém, ainda estaria distante dos menos de 50% desejados pelo governo para implantar um regime fiscal de superávits primários atrelados ao nível de atividade da economia.

No ano, a dívida líquida já acumulava até setembro uma redução de 5 pontos percentuais. "Passamos de uma dívida de 58,7% em dezembro do ano passado para 53,7% do PIB", afirma Altamir. A alta da inflação medida pelos índices gerais de preços (IGPs) influencia o resultado porque o BC adota o IGP-DI na atualização do valor do PIB usado no cálculo da relação dívida/PIB.

O impacto sobre a dívida da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar os juros nas duas últimas reuniões ainda levará tempo para ser efetivado. "Para o cálculo da dívida, levamos em conta os juros em 12 meses", explicou o chefe do Depec. ● **Gustavo Freire, Adriana Fernandes**